

PROCESSO Nº : 2017/20321/000110
UNIDADE GESTORA : 203200
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2016
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 14/2017
SGD Nº 2017/09049/000583

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo de prestação de contas está organizado com base nos demonstrativos das Leis nº. 4.320/64 e 6.404/76, e composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Fundação Universidade do Tocantins.

3.1 O Balanço Orçamentário (Anexo 12 – Lei 4.320/64), à **fl. 195 e 196**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **déficit** orçamentário de **100%**, porém, justificado conforme Nota Explicativa às **fls. 212/215**.

3.1.1 Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE – Lei 6.404/76), à **fl. 226**, apurados a partir do comparativo entre as receitas operacionais brutas e as despesas operacionais brutas executadas no período, demonstra um **déficit** de **R\$ (1.646.718,04)**, o que indica uma situação financeira considerada desfavorável no exercício. Registra-se, por oportuno, que esse déficit em comparativo com o já registrado no exercício de 2015, na monta de **R\$ (4.035.811,45)**, teve uma redução de **59,20%**, persistindo, por conseguinte, uma situação de prejuízo/desfavorecimento no Patrimônio da Fundação, tendo sido justificado, conforme Nota Explicativa às **fls. 312/316**.



3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **84,15%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	43.724.107,00	40.656.292,23	92,98
Despesa de Capital	10.044.146,00	4.588.005,85	45,68
TOTAL	53.768.253,00	45.244.298,08	84,15

Fonte: Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	11.513.278,00	11.126.033,28	96,64
101 - Tesouro-Manut.do Desenv. do Ensino - MDE	34.065.947,00	33.388.239,82	98,01
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	820.398,00	730.024,98	88,98
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	5.362.330,00	0,00	0,00
240 - Recursos Próprios	2.006.300,00	0,00	0,00
100 – Recursos Ordinários	11.513.278,00	11.126.033,28	96,64
TOTAL	53.768.253,00	45.244.298,08	84,15

Fonte: Anexo 11 por fonte

3.3 Não houve alterações no orçamento inicial, como se verifica à **fl. 195**, do Balanço Orçamentário.

3.4 As transferências financeiras recebidas no período, no valor de **R\$ 44.698.825,69**, somada aos recebimentos extra-orçamentários no valor de **R\$ 1.422.719,92** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 6.079,80**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 45.244.298,08**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 264.720,89**, os pagamentos extra-orçamentários no valor de **R\$ 609.058,40**, restando saldo de **R\$ 9.548,04** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às **fls. 199 a 203**.

3.5 O Balanço Patrimonial (Anexo 14 – Lei 4.320/64), à **fl. 207**, demonstra uma situação **negativa** dos bens, direitos e obrigações. Sendo o passivo circulante maior que o ativo circulante em **14,21%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo tendo sido justificado, conforme Nota Explicativa às **fls. 212/215**.

3.5.1 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 1.419.999,18**, deste montante, **R\$ 524.412,08** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 895.587,10** restos a pagar não processados, conforme demonstrado à **fl. 199**.



3.5.1.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 523.414,11**, pago **R\$ 523.414,11** e cancelado **R\$ 0,00**, restando ainda um saldo de **R\$ 1.080.673,09**, conforme demonstrado à fl. 197.

3.5.1.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 79.782,90** e cancelado **R\$ 39.331,72**, restando um saldo de **R\$ 7.213,29**, conforme demonstrado à fl. 198.

3.6 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra saldo patrimonial de **R\$ 1.716.115,73**. Sendo apurado um **déficit** financeiro de **R\$ -2.495.106,87**, à fl. 208, tendo sido justificado, conforme Nota Explicativa às fls. 212/215.

3.7 O Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76), à fl. 223, demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações como se observa a seguir:

3.7.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **16,82%**, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de pagamento de curto prazo.

3.7.2 O resultado da comparação do Ativo não Circulante, composto pelo investimento, imobilizado e intangível, com o Passivo não Circulante, representado pelas obrigações a longo prazo, demonstra que não foram constituídos compromissos de longo prazo.

3.7.3 O Patrimônio Líquido, composto pelo patrimônio institucional e o resultado líquido apurado no exercício é de **R\$ 25.774.330,51**, tendo havido uma **redução** de **6,01%** em relação ao exercício de 2015, onde registrou o valor de **R\$ 27.421.048,55**, conforme Balanço Patrimonial, fl. 223.

3.8 O resultado apurado no exercício de 2016 foi **negativo**, haja vista que a entidade vem passando por situação deficitária desde 2015 e continua deficitária no exercício em análise, conforme evidencia o Demonstrativo de Superávit ou Déficit do Exercício à fl. 226, conforme Nota Explicativa às fls. 312/316.

3.8.1 Houve uma **redução** na capacidade de a Fundação honrar os compromissos de curto e longo prazo, uma vez que o índice de liquidez geral passou de **6,44%** em 2015, para **5,56%** em 2016, consoante cálculo de análise horizontal apresentado às fls. 224 e 225.



3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" (Lei nº 4.320/1964) registra saldo no valor total de R\$ **9.548,04**, consoante extrato e conciliações bancárias às fls. **207, 453 a 826**.

3.9.1 Por outro lado, as disponibilidades registradas no Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76), à fl. **223**, totalizam o montante de R\$ **1.953.607,88**, disposto nas contas específicas da UNITINS, devidamente conciliada com os extratos, às fls. **453 a 823**.

3.10 As contas do Passivo Circulante (Lei 4.320/64) totalizam um saldo de R\$ **7.132.875,71**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, e Demais Obrigações a Curto Prazo, fl. **207**.

3.10.1 As contas do passivo circulante, registradas no Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76) à fl. **223**, acumulam um saldo de R\$ **5.646.978,77**, referentes a obrigações de curto prazo.

3.11 A dívida fundada na contabilidade pública (Lei 4.320/64) apresenta o valor de R\$ **748.551,25**, referente a parcelamento "Minist. Trabalho", fl. **209**, no entanto, na contabilidade privada (Lei 6.404/76), não foi constituído obrigações de longo prazo, fl. **223**.

3.12 O resultado patrimonial do período (Lei 4.320/64) evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ **51.381.095,98** e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ **42.546.724,62**, demonstrando resultado patrimonial **positivo** do período, no montante de R\$ **8.834.371,36**, conforme demonstrado à fl. **205**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa (Lei 4.320/64) demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido **positivo** no valor de R\$ **3.468,24**, à fl. **210**. Enquanto na Demonstração da (Lei 6.404/76) o montante gerado foi de R\$ **2.999.734,41** positivo, fl. **227**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **8 (oito)** processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.3 No exercício de 2016, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder



Executivo Estadual, tendo sido realizados **1** (um) atendimento presenciais e **02** (dois) via telefone, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, suprimento de fundos, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.4 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestral, durante todo o exercício de 2016, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS no exercício em análise, declaração às fls.840.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **58 a 157**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para **Universidade Estadual do Tocantins**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.052/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da Universidade Estadual do Tocantins, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. **75, 89, 111**, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1157 - Educação Tecnológica, Profissional e Superior**, com suporte nas ações do **Programa 1130 - Manutenção da Fundação Universidade do Tocantins**, às fls. **130 a 152**.

6.1.1.1 Para o objetivo da UNITINS foram estabelecidas **13 (treze)** metas físicas regionalizadas para o quadriênio 2016-2019, cujo execução, no exercício em análise, indica um bom desempenho, em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **77, 78, 79, 80, 81, 82, 91, 92, 93, 94, 96, 98 e 113**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **03 (três)** indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para a Fundação, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **76, 90, 112**.

6.1.2 Para o alcance dos objetivos da Fundação foram elaboradas **13 (treze)** ações temáticas, sendo **10 (dez)** de natureza atividade e **03 (três)** de natureza projeto,



cujas execução foi avaliada com base nos índices da gestão física, explicitando um alto grau de eficiência, apesar da não realização física de **01 (uma)** delas. Quanto à execução orçamentário-financeira das ações, informamos que foi utilizado para cumprimento das metas físicas das ações acima citadas, recursos da conta própria da UNITINS, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 83 a 88, 100 a 110, 114 a 129.**

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **04 (quatro)** ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **97,28%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 130 a 152.**

7. A força de trabalho informada pela Universidade Estadual do Tocantins às **fls. 829 a 838**, é a seguinte: **163** servidores efetivos; **152** comissionados; **61** efetivos/comissionados; **2** efetivos com função de confiança; **244** contratados, **0** conselheiros, **7** desligados, perfazendo um total de **615** servidores.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Elizângela Glória Cardoso, Simone Pereira Brito, Suely Cabral Quixabeira Araújo, Senivan Almeida de Arruda** e outros relacionados neste processo às **fls. 08 a 09.**

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 15 dias do mês de março de 2017.

[assinatura]
Luciana Pinto da S. Brandão
Analista/Economista

[assinatura]
Veralúcia Rodrigues Barros
Analista/Contador

[assinatura]
Maria Creusa Barros de Melo Prehl
Analista de PPA

[assinatura]
Eva Moreira Martins Santos
Gerente de Auditoria em Educação

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 15/03/2017.

[assinatura]
Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

